



REGULAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

DOS CURSOS DE Mestrado que conferem habilitação profissional para a docência na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico

O presente regulamento estabelece o enquadramento da Prática de Ensino Supervisionada (PES) no ISCE Douro, no âmbito da obtenção do grau de Mestre conferente de habilitação profissional para a docência em Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio.

Artigo 1.º

Âmbito do regulamento

1. O presente Regulamento aplica-se aos Cursos de 2.º Ciclo de Estudos, conferentes do Grau de Mestre com Habilitação Profissional para a Docência em Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico, regulando, em conformidade com o Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março (Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior) e com o Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro (Regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário), alterado pelo Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio. Define-se a organização das unidades curriculares da área científica de Prática de Ensino Supervisionada.
2. Estando cada unidade curricular de Prática de Ensino Supervisionada condicionada à especificidade do respetivo domínio de habilitação para a docência, remete-se aos Coordenadores dos diferentes Mestrados a sua orientação.

Artigo 2.º

Definição de conceitos

A PES contempla o desempenho profissional, entendendo-se este pelo desempenho obtido no estágio profissionalizante supervisionado, integrado nas unidades curriculares de Prática de Ensino Supervisionada, dos planos de estudos dos Mestrados que conferem habilitação profissional para a docência. Remete-se para a ficha de unidade curricular de cada Prática de Ensino Supervisionada a ponderação dos elementos que integram o desempenho profissional.

Artigo 3.º

Objetivos Gerais da Prática de Ensino Supervisionada

Visando o desenvolvimento profissional dos formandos e o seu desempenho como futuros docentes e promovendo uma postura crítica e reflexiva em relação aos desafios, processos e desempenhos do quotidiano profissional, a PES tem como objetivos gerais:



1. Mobilizar conhecimentos, competências e atitudes necessários ao exercício da função docente, nomeadamente observar e analisar contextos e/ou situações educativas, planificar de forma adequada e fundamentada, desenvolver estratégias de aprendizagem coerentes e adequadas aos contextos e refletir fundamentadamente.
2. Mobilizar conhecimentos adquiridos nas várias componentes de formação.
3. Analisar e refletir permanentemente sobre as dimensões relacional, organizacional e ambiental das instituições educativas, em todos os aspetos que determinam a ação educativa.
4. Desenvolver capacidades comunicacionais, de relação e interação com crianças, famílias e outros intervenientes educativos.

Artigo 4.º

Organização da Prática de Ensino Supervisionada

1. Os Coordenadores dos mestrados devem colaborar com o Presidente do ISCE Douro no sentido de identificar estabelecimentos de educação e ensino onde se concretize a PES.
2. A PES realiza-se em pequenos grupos (2 mestrados por grupo) colocados para o efeito em estabelecimento de educação e ensino, com os quais tenha sido celebrado protocolo de cooperação no âmbito da formação docente.
3. Os formandos que obtiveram Estatuto de Estudante-Trabalhador e cujo local de trabalho seja no ambiente educativo do Mestrado que frequentam poderão realizar a PES na sua Escola/Agrupamento, mas não na sua turma.
4. A organização da PES deve assegurar ao aluno a aquisição de competências de natureza predominantemente profissional que resulta da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares do curso de mestrado e da busca de inovação nas práticas pedagógicas derivada da prática continuada da investigação-ação que a deve enformar.

Artigo 5.º

Seleção dos Orientadores Cooperantes

1. Dando cumprimento aos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 79/2014 de 14 de maio, os orientadores cooperantes serão selecionados com base no preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:
 - a) Formação e experiência adequadas às funções a desempenhar;
 - b) Prática docente nos respetivos nível e ciclo de educação e ensino e disciplinas nunca inferior a cinco anos.
2. Em relação a disciplinas em que, nas escolas cooperantes, não existam docentes em número suficiente para satisfazer o requisito constante na alínea b) do número anterior, o Conselho Técnico-Científico do ISCE Douro pode substituí-lo, excecional e transitoriamente, por requisito que considere adequado e que garanta a necessária qualidade das atividades dos estudantes-estagiários.



3. Na seleção do orientador cooperante, será dada preferência aos docentes que, cumprindo os requisitos anteriores, tenham formação especializada em supervisão pedagógica e experiência profissional de supervisão.
4. O coordenador do mestrado selecionará os orientadores cooperantes, mediante proposta apresentada pela escola cooperante.
5. A continuidade em funções dos orientadores cooperantes depende de decisão do coordenador do respetivo mestrado e tem em conta:
 - a) Relatório Final da PES realizado pelos mestrandos;
 - b) Relatório da PES realizado pelo professor supervisor;
 - c) Formação contínua do orientador cooperante no ano letivo em avaliação, nomeadamente a participação em ações de formação promovidas pelo ISCE Douro.

Artigo 6.º

Competências do Professor Supervisor e do Orientador Cooperante

1. A PES realiza-se nas escolas de forma integrada e supervisionada pelo professor supervisor, pertencente ao ISCE Douro, e orientada pelo(s) orientador(es) cooperante(s) das instituições de educação e ensino cooperantes.
2. Ao professor supervisor compete:
 - a) Prestar o apoio científico e pedagógico ao mestrando no âmbito dos objetivos do curso e dos recursos humanos e materiais disponíveis;
 - b) Contactar as escolas cooperantes, receber informação acerca do desempenho do mestrando, das suas condições de trabalho, da assiduidade, etc;
 - c) Reunir durante o decorrer do período de observação e de intervenção, com os respetivos orientadores cooperantes e mestrandos;
 - d) Realizar observações de aula a cada formando e em cada disciplina / área disciplinar lecionada;
 - e) Proceder à avaliação quantitativa do mestrando nos termos do presente regulamento.
3. Ao orientador cooperante compete:
 - a) Acompanhar o mestrando durante o seu trabalho, observando a sua intervenção educativa e registando os incidentes críticos do percurso;
 - b) Prestar o apoio solicitado no âmbito do protocolo estabelecido;
 - c) Contactar o professor supervisor para transmitir informação acerca do desempenho do mestrando, das suas condições de trabalho, da assiduidade, e outros, sempre que necessário;

Artigo 7.º

Deveres do Mestrando

1. O mestrando está sujeito ao Regulamento de Frequência e Avaliação aprovado pelo Conselho Técnico-Científico do ISCE Douro, assim como ao presente Regulamento.



2. Ao mestrando compete:

- a) Desenvolver as experiências de aprendizagem previamente acordadas no âmbito dos objetivos do curso e do seu próprio plano e/ou projeto de atividade;
- b) Cumprir as normas vigentes na escola cooperante;
- c) Ser assíduo e pontual;
- d) Elaborar o(s) portefólio(s) relativo(s) ao desempenho profissional.

Artigo 8.º **Protocolo de Cooperação**

Cabe ao Presidente do Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro a celebração de protocolos com os estabelecimentos de ensino onde se realiza a PES.

Artigo 9.º **Aprovação e classificação final na Prática de Ensino Supervisionada**

1. A aprovação do estudante na PES traduz-se na atribuição de uma nota quantitativa que resulta de uma média ponderada de acordo com as seguintes vertentes que integram a componente de desempenho profissional:

- a) atitudes
- b) planificação
- c) intervenção educativa
- d) reflexão

2. A classificação final da PES é expressa em números, numa escala de 0 a 20 valores, sendo que, para efeitos de aprovação na unidade curricular, a classificação atribuída a cada uma das vertentes apresentadas não poderá ser inferior a 10 valores.

3. A classificação final da PES é da competência do professor supervisor, respeitando-se o estipulado no n.º 2 do artigo n.º 24 do Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio.

Artigo 11.º **Casos omissos**

Compete aos coordenadores dos cursos de mestrado e ao Conselho Técnico-Científico do ISCE Douro resolver os casos omissos no presente Regulamento, no âmbito das competências estabelecidas para cada órgão.

O Presidente do Conselho Técnico-Científico

(Prof. Doutor Armindo Rodrigues)